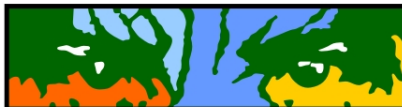


P R O J E T O



Aldeias Vigilantes

REGISTRO DE VIAGEM E AÇÕES DA 2ª FASE DO PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

OFICINA DE EMPODERAMENTO
PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

11 E 12 DE SETEMBRO DE 2006.

TERRA INDÍGENA COLÔNIA 27
POVO KAXINAWÁ

EXECUÇÃO:



APOIO:



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

PARCERIAS :



Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre **AMAAI/AC**

OPIN
ORGANIZAÇÃO DOS
POVOS INDÍGENAS

PGE
Procuradoria Geral do Estado do Acre
Procuradoria do Meio Ambiente



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO ACRE
COORDENADORIA DO MEIO AMBIENTE E DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
IMAC - SEMA - SEPI





REALIZAÇÃO

Amazonlink.org

APOIO

Ministério da Justiça – Secretaria de Direito Econômico
Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direito Difuso – CFDD

PARCERIAS

MMA – Ministério do Meio Ambiente /DPG – Departamento de Patrimônio Genético

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

IMAC/SEMA – Instituto de Meio-Ambiente do Estado do Acre/ Secretaria de Meio-Ambiente e Recursos Naturais

SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas

ISA – Instituto Sócio-ambiental

PF - Polícia Federal

PGE – Procuradoria Geral do Estado

OPIN – Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia

PGAI – Projeto de Gestão Ambiental Integrado

OFICINA DE EMPODERAMENTO
PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

11 E 12 DE SETEMBRO DE 2006.

TERRA INDÍGENA COLÔNIA 27
POVO KAXINAWA



[EQUIPE DE CAMPO]

AMAZONLINK.ORG

Lyvia Milenna de Souza Rocha

Técnica da Amazonlink.org

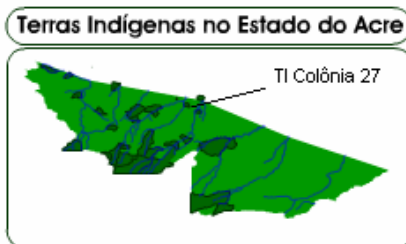
Gardênia Rodrigues

Técnica da Amazonlink.org

Renato Farias de Araujo

Técnico da Amazonlink.org

[LOCALIZAÇÃO]





[SUMÁRIO]

1. INTRODUÇÃO	05
2. POVO KAXINAWA	
2.1. Informações Gerais	05
3. PLANEJAMENTO DA OFICINA	
3.1. Referência	06
3.2. Equipe	
3.3. Local	
3.4. Metodologia	
3.5. Programação	
4. VIAGEM	14
5. OFICINA	14
6. AVALIAÇÃO	
6.1. Avaliação da Comunidade e equipe	17
7. ANEXOS	17
I – Lista de Presença	

OFICINA DE EMPODERAMENTO
PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

11 E 12 DE SETEMBRO DE 2006

TERRA INDÍGENA COLÔNIA 27
POVO KAXINAWA

[1. INTRODUÇÃO]

A oitava oficina em comunidade indígena da segunda fase do projeto **“Aldeias Vigilantes: uma nova abordagem na Proteção dos Conhecimentos**

Tradicionais e no Combate a Biopirataria no Estado do Acre”, foi executada junto ao Povo Kaxinawá. A oficina foi um trabalho de capacitação e envolvimento das comunidades da Terra Indígena Colônia 27, Município de Tarauacá/AC, no combate à biopirataria e na proteção dos



conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético. Essa segunda oficina contou com apoio logístico da prefeitura de Tarauacá, além de apoio institucional da Fundação Nacional do Índio – FUNAI - e da Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá – OPITAR.

[2. POVO KAXINAWÁ]

2.1. Informações Gerais¹

O povo Kaxinawá pertence à família lingüística Pano que eles chamam de hatxa-kuin (língua verdadeira). Kaxinawá significa 'povo do morcego', mas usualmente referem-se a si mesmos como huni kuin, que significa gente verdadeira.

Os Kaxinawá habitam a região da Amazônia ocidental, incluindo a fronteira brasileira-peruana. As aldeias Kaxinawá no Peru se encontram nos rios Purus e Curanja. As aldeias no Brasil (no estado do Acre) se espalham

¹ Informações retiradas do site do Instituto Socioambiental www.socioambiental.org.br



pelos rios Tarauacá, Jordão, Breu, Muru, Envira, Humaitá e Purus. A imigração dos kaxinawá entre Brasil e Peru é constante, pois não existe para eles a fronteira estabelecida entre os países.

Para os Kaxinawá a terra é de uso coletivo, e as tarefas são divididas por sexo e idade, embora também existam atividades feitas por todos da comunidade.

A economia kaxinawá baseia-se na agricultura de subsistência, na tecelagem em algodão com tingimento natural, na cerâmica e no artesanato, sendo que neste último ultrapassam as fronteiras do estado, sendo conhecidos nacionalmente. É na cerâmica e também no próprio corpo que eles pintam com jenipapo ou urucum os Kenê, desenhos míticos da cobra jibóia que representam coragem, poder e sabedoria.

Os kaxinawá são o povo de maior população indígena do estado do Acre, espalhados em cinco municípios, correspondendo a 11 terras indígenas, num total de 633.213 há e uma população aproximada de 3.964 pessoas.

Existem algumas associações kaxinawá que trabalham com a organização e a promoção dos direitos dos povos, incluindo resgate cultural, questões fundiárias, geração de renda, e recentemente também estão despertando interesse pelo problema da biopirataria. São exemplos de organizações que trabalham no Acre: Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão – ASKARJ; Associação das Produtoras de Artesanato de Tarauacá e Jordão – APAMINKTAJ; e a Federação Huni Kuin.

[3. PLANEJAMENTO DA OFICINA]

3.1. Referência

Em fevereiro de 2006, entre os dias 15 e 17, a Amazonlink promoveu o seminário “Ciência e Saber na Amazônia: o Valor do Conhecimento - Princípios para proteção, pesquisa e Uso dos Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade”, no município de Cruzeiro do Sul. Foram convidados diversas lideranças das diferentes etnias do Acre com o fim de discutir o caráter da atuação do projeto Aldeias Vigilantes e a definição das T.I.s que seriam contempladas com oficinas. A realização de uma oficina nesta T.I foi uma indicação da Amazonlink.org a OPITA² e a comunidade Kaxinawa, por entender que esta seria de grande importância para este povo.

² Organização dos Povos Indígenas do rio Tarauacá



Diante da apresentação da amazonlink.org, as organizações indígenas a indicação foi aceita e logo esta T.I. passou a fazer parte das T.I. participantes do projeto juntamente com as demais escolhidas durante o evento do projeto em fevereiro de 2006, "Ciência e Saber na Amazônia: o Valor do Conhecimento (Princípios para proteção, pesquisa e Uso dos Conhecimentos

Tradicionais Associados à Biodiversidade, realizado em fevereiro de 2006, em Cruzeiro do Sul.

3.2. Equipe

A equipe foi composta pelo corpo técnico da Amazonlink.org, Renato Araújo, Milenna Rocha e Gardênia Rodrigues.

3.3. Local



A Terra Indígena Colônia 27, situada a 8 Km da cidade de Tarauacá, é a menor do estado, com extensão de 262 há, onde residem 150 Kaxinawás. Essa terra foi demarcada sobre uma antiga fazenda desapropriada, composta de grande área de pastagem, com sua vegetação de mata intensamente degradada e suas fontes de água comprometidas. Até uma década atrás, o povo dessa terra indígena dependia dos mercados de Tarauacá, pois não



tinha como produzir muitos alimentos. Chegaram a receber abastecimento externo de água durante os verões, por escassez de suas fontes naturais. Após a criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre, a T.I. Colônia 27 passou a receber maior apoio do estado, e então a comunidade teve um

salto em investimentos ambientais e sociais. Atualmente a comunidade possui um viveiro com 40 mil mudas florestais, que recomporão a paisagem, e estão cuidando da cabeceira do igarapé para que esse volte a verter boa quantidade de água. Foram criados 10 açudes para a piscicultura sendo que já possuem milhares de tambaquis e tambacús numa tentativa assim de garantir sua sustentabilidade. Hoje a comunidade desfruta de caixas de água, energia elétrica e sanitária construídos pela FUNASA.

Como medidas de compensação e mitigação pelo asfaltamento da BR-364, o governo estadual desapropriou dois lotes contíguos à terra, com extensão agregada de 157 ha, dos quais 29 ainda com cobertura florestal. A situação fundiária desses lotes ainda não está totalmente resolvida. A FUNAI está aguardando que o governo estadual promova a regularização desses lotes e repasse-os ao patrimônio da União, de maneira que o órgão indigenista possa incorporá-los à T.I. Kaxinawá da Colônia 27.



3.4. Metodologia

A metodologia de trabalho utilizada na oficina foi baseada na fase piloto do projeto, realizada com o povo Manchineri da T.I. Mamoadate, sendo esse ponto inicial para a criação das metodologias específicas de cada.

A oficina é basicamente construída sobre os seguintes pontos:

- **Apresentação do Projeto “Aldeias Vigilantes”** – Informações sobre os objetivos do projeto, cronograma de execução e parcerias;
- **Nivelamentos de conceitos** – Definição de conceitos como: conhecimentos tradicionais, conhecimento tradicional associado, biodiversidade, biopirataria e reflexão;
- **Leis de proteção dos conhecimentos tradicionais** – apresentação da Convenção da Diversidade Biológica, Constituição Federal e Medida Provisória;
- **Procedimentos de acesso aos recursos genéticos, conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios** – Passo a Passo para o Acesso ao CTA; Tipos de pesquisa; Anuência Prévia, Contrato de Acesso e Repartição de Benefícios.
- **Sistema de Informações “Aldeias Vigilantes”:** Apresentação dos pontos de apoio e funcionamento do sistema.

Em cima desses conceitos-chave foi montada a seguinte programação:

3.4. Programação

1° dia
Manhã

- Apresentação da equipe e dos **Objetivos da Oficina.**
 - Histórico do projeto – demandado pela comunidade.
 - O que viemos fazer? Por que? De que forma?



- O projeto não leva nenhum benefício material ou financeiro, mostrar benefícios indiretos.
- Apresentação de todos – Dinâmica.
- **Teatro** – Um visitante chega à aldeia, procura um liderança, simpático, diz que está lá por acaso. No meio da conversa pergunta sobre as plantas e os usos. Pede para o liderança que lhe dê uma erva medicinal e o conhecimento sobre a planta em troca de presentes. Pede que os demais não saibam, promete voltar outras vezes e trazerem mais presentes, vai embora. Vende a planta e o conhecimento para uma indústria que faz um remédio e vende. *[Orientação de especialista, do CGEN]*

Debate

- **Autorização de permanência e registro de imagem** (interesse da comunidade em aprofundar o trabalho. Respeito ao direito de decidir, visibilidade para a comunidade, promoção do projeto através de relatórios).
- Definição de horários e acordo de convivência.

CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS

Biodiversidade – extrair a noção e depois falar nosso conceito

Conhecimento tradicional (e comunidade tradicional) – o que é conhecimento tradicional? Pra que serve o conhecimento tradicional?

Debate

Dinâmica do conhecimento

Conhecimento Tradicional Associado – Planta, bicho, raiz, folha... Esses Conhecimentos têm algum valor?

Debate



'**Biopirataria**' ou '**roubo de conhecimento**' (o que caracteriza essa biopirataria – empresa ou pessoa que tira planta, animal ou conhecimento sem autorização).

Debate – Proteger de quem? (dos outros parentes, dos amigos, dos pesquisadores, de todos os nawá, dos religiosos?)

Proteger como? (sugestões da comunidade que indicam os procedimentos)

Tarde

Que leis protegem as comunidades?

- **Constituição Federal**

- Quem sabe explicar o que é?
- É importante para os povos indígenas?
- Cidadania, direitos: língua, terra, proteção da biodiversidade

Pesquisa sem conhecimento tradicional associado:

- Vários tipos de conhecimento
- Não tem fim econômico
- Tem benefício – o retorno do conhecimento
- Passo-a-passo

Pesquisa

Autorização da FUNAI
Reunião com informações
Autorização da comunidade

Teatro – Um pesquisador de universidade chega à aldeia com autorizações e respaldo das devidas instituições. Deseja fazer uma pesquisa, procura o liderança que o encaminha para uma reunião com a comunidade. O pesquisador faz as explicações necessárias e a comunidade faz perguntas. Pedem para o pesquisador aguardar um pouco do lado de fora para



conversarem internamente e discutirem as vantagens e desvantagens daquela proposta. Definem pela realização ou não da pesquisa.

Debate sobre a pesquisa acadêmica

Outras leis que protegem as comunidades (CTA e PG)

- **CDB**
 - Quem conhece?
 - Por que e como surgiu?
 - O que é?
 - Princípios
 - 8.j – valor, anuência prévia, repartição de benefícios.

- **MP. 2.186/2001**
 - Quem sabe o que é?
 - Reforça e regulamenta a CDB
 - Cria o CGEN
 - O que é o CGEN? (Por que foi criado? O que faz?)

2° dia

Manhã

Pesquisa com Conhecimento Tradicional Associado:

- O Que é **Termo de Anuência Prévia**;
- Quem dá o termo de Anuência;
- Como se dá a discussão sobre a anuência
- (citar exemplos concretos)

- O que é **Repartição de Benefícios**;
- Quais os tipos (modalidades) de repartição de benefícios;
- Quais os tipos de atividades nas aldeias dão direito a Repartição de Benefício.

- Como se assegura a repartição de benefícios e as demais obrigações: **Contrato Acesso**.



- O que é Contrato de acesso?
- Pontos (cláusulas) principais.
- Quem assina o contrato ou firma o compromisso. Comunidade Instituição que acessa.

Pesquisa com CTA

Autorização da FUNAI
Autorização da comunidade
Anuência Prévia com informações
Contrato de acesso e repartição de benefícios

Teatro – Um pesquisador de uma empresa chega à comunidade com as autorizações e respaldo das devidas instituições, procura o liderança que o encaminha para uma reunião com a comunidade O pesquisador faz as explicações necessárias e a comunidade faz perguntas. Pedem para o pesquisador aguardar um pouco do lado de fora para conversarem internamente e discutirem as vantagens e desvantagens daquela proposta. Definem pela realização ou não da pesquisa.

Se não aceitarem: FIM

Se aceitarem: são discutidas as condições gerais, cria-se um documento de anuência prévia e um contrato de acesso e repartição de benefícios. O pesquisador leva até o CGEN, que aprova e autoriza o início da pesquisa.

Debate sobre a pesquisa com CTA com e sem lucro

Sistema de informações e pontos de apoio – Dinâmica

Avaliação

Entrega de certificados e despedida

[4. VIAGEM]

A viagem para a Terra Indígena Colônia 27 foi rápida e tranqüila. A equipe encontrava-se em Tarauacá, retornando da oficina realizada na T.I. Rio Gregório, com o povo Yawanawá. No dia 10 de setembro saímos de Tarauacá pela manhã com o apoio do carro da prefeitura. A Terra Indígena fica a 8 km da cidade, viagem que durou cerca de 10 minutos.

Já na aldeia, as lideranças já estavam à nossa espera. Fomos muito bem recebidos e alojados na sala da escola, mesmo local em que começaríamos a oficina no dia seguinte.

A viagem de volta foi igualmente tranqüila. Saímos da aldeia na terça-feira pela tarde com o carro da prefeitura que foi nos buscar. Chegamos rapidamente à cidade, pernoitamos e partimos de avião para Rio Branco na quarta-feira, dia 13.



[5. OFICINA]



A oficina teve início na segunda-feira às 8 horas da manhã. Alguns líderes da comunidade estavam ausentes por motivo de compromissos em Rio Branco. Iniciamos o trabalho com cerca de 20 pessoas, incluindo jovens estudantes, agentes agroflorestais, o vice-cacique, idosos, parteiras e crianças.



Inicialmente foi realizada a apresentação da equipe e exposto o histórico do projeto (por quê estávamos ali e como pretendíamos realizar o trabalho). Alguns participantes já sabiam do que se tratava, pois tinham recebido informações do cacique e também dos parentes que haviam participado da oficina para técnicos, realizada alguns meses antes na cidade de Tarauacá. Esse repasse de informações foi muito conveniente, visto que na maioria das oficinas que fazemos, os participantes não recebem maiores informações dos líderes com quem planejamos o trabalho.

Após a apresentação dos participantes e do projeto Aldeia Vigilante, tivemos a realização do teatro da biopirataria, onde um visitante chega à aldeia, procura o cacique e pede informações sobre medicina tradicional em troca de algum dinheiro. O cacique fornece a planta, e então o biopirata vai ao laboratório, produz um remédio farmacêutico e ganha muito dinheiro. Ao terminar o teatro, teve um debate onde os participantes puderam contar algumas histórias de pesquisadores que já visitaram a aldeia, obtiveram vários tipos de informações e foram embora, sem deixar qualquer benefício ou compromisso de retorno. Como em todas as oficinas anteriores, o teatro da biopirataria é um momento chave, onde a comunidade compreende o tema do nosso trabalho e se identifica com o problema.

Em seguida tivemos o debate sobre autorizações, porém dessa vez, verbalmente. Por sugestão das técnicas do Departamento do Patrimônio Genético do MMA, que desenvolvem oficinas semelhantes em comunidades tradicionais em todo o Brasil, resolvemos abandonar a autorização escrita, pois esta causa estranhamento e desconfiança no momento inicial da oficina. Essas autorizações escritas têm causado polêmica nas comunidades, pois imaginam algum risco quando pedimos que o cacique assine um documento. As autorizações de permanência e registro de imagem foram cedidas verbalmente, sem nenhum problema.

Segui-se então, a definição dos horários e do acordo de convivência.

Para nossa surpresa, a comunidade definiu horários, de forma que tínhamos grandes períodos de oficina por dia. O horário pela manhã era de 7:30 às 11:00 e pela tarde de 13:00 às 17:00. Tínhamos então 7 horas e meia de oficina por dia, o maior período até o momento. Ao mesmo tempo, os participantes se mostravam extremamente interessados:





todos chegavam meia hora antes do horário marcado. Por esse motivo, e por termos optado por não fazer a dinâmica do desenho da aldeia (que dura horas), a oficina que estava prevista para 2 dias e meio, foi compreendida em 1 dia e meio sem prejuízo ao conteúdo e metodologia.

Dando continuidade, tivemos o debate sobre 'como proteger-se da biopirataria?' e 'proteger-se de quem?'. Esse debate foi muito frutífero no sentido de organizar as formas endógenas de proteção que já existe na comunidade e refletir sobre quem são os atores que representam algum risco para o patrimônio cultural da comunidade.

Na parte da tarde tivemos a apresentação das leis que protegem os povos contra os biopiratas. Começamos pela constituição federal seguida do teatro e debate sobre a pesquisa que não envolve Conhecimento Tradicional Associado. Diferente da maioria das comunidades que visitamos, essa não mostrou aversão a qualquer tipo de pesquisador. Aparentemente a comunidade compreendeu que existem certos tipos de pesquisa que podem ser de interesse da comunidade. Em seguida apresentamos a Convenção da Diversidade Biológica e a Medida Provisória. Essa é a parte mais densa da oficina, por envolver muitos conceitos novos e teóricos. Após a exposição decidimos por encerrar a parte da tarde para que os conceitos fossem bem assimilados, não causando cansaço aos participantes.

No segundo dia, chegaram alguns novos participantes. Resolvemos então, aproveitando do tempo disponível, explicar novamente toda a parte da legislação, desde a constituição até a medida provisória. Foi uma boa estratégia, pois os conceitos foram reforçados e melhor compreendidos. No meio da manhã, começamos a introduzir os novos conceitos referentes à Medida Provisória. Falamos sobre a Anuência Prévia, a Repartição de Benefícios e o Contrato de Acesso, em seguida fizemos a diferenciação das pesquisas com lucro e sem lucro, ambas no escopo da Medida Provisória. E finalizando esta parte realizamos o teatro e o debate. O teatro foi muito proveitoso: a comunidade optou pela realização da pesquisa e negociou qual seria a repartição de benefícios.

Como último conteúdo, tivemos a





apresentação do Sistema de Informações do projeto Aldeias Vigilantes. Ultimamente as comunidades têm despertado pouco interesse nesse tema, até porque a forma de funcionamento do sistema está passando por revisões.

Terminamos a oficina com a avaliação de todos e entrega dos certificados.

[6. AVALIAÇÃO]

6.1. Avaliação com equipe e comunidade

A avaliação da comunidade foi muito positiva. Todos gostaram da oficina, da alimentação e das brincadeiras (dinâmicas).

Foi citado que, muitas vezes as lideranças participam de cursos, mas não repassam o aprendizado para todos. Por isso foi importante a equipe realizar



essa atividade na aldeia, para que as mulheres, os jovens, os velhos e todos pudessem participar. Gostariam que acontecesse essa oficina mais vezes, para aprenderem mais.

Os participantes disseram que entenderam mais sobre a biopirataria, que já aconteceu algumas vezes na sua comunidade.

Aprenderam se defender com os direitos. "A oficina alertou a comunidade. A gente já sabia um pouco como se defender, agora sabemos mais."



De acordo com Luis Carlos, eles vão fazer uma reunião com a comunidade para repassar o conteúdo às pessoas que não puderam participar. (Luis ficou com o bloco inteiro do flip-chart utilizado, para ajudar nessa reunião)

A avaliação da equipe foi da mesma forma muito positiva. Fomos muito bem recebidos, ficamos à vontade. Essa comunidade demonstrou especial interesse pelo trabalho, expresso na extrema pontualidade e atenção que tiveram. Apesar do trabalho ter se encolhido em um dia e meio, o conteúdo e a assimilação não foram prejudicados.

[7. ANEXOS]

I – Lista de Presença em anexo

João Sabino da Silva
Rosangela
Maria Creuza Pereira
Maria Sebastiana Sales Kaxinawá
Maria Zuleide Carlos da Silva Kaxinawá
Francisca Catarina Martins
Maria Zenilda B. Brandão
Rogério Jakson Martins
Luis Carlos Gomes da Silva
José Rafael da Silva Huni kui
Patrícia de Souza Silva
Nelson da Silva
Sairo da Silva Kaxinawá
Terri manduca Martins Kaxinawá
Eder Martins
Augusto Paulino Kaxinawá
Iara Leila da Silva Brandão
Ivaniza da Silva Brandão
Gracinete Pereira da Silva
José Rafael da Silva Huni Kuin



Sairo da Silva Gama

II – Autorizações	
--------------------------	--